

O PARTIDO COMUNISTA E AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

ESPÓLIO PINTO QUARTIM
Nº 14 /

Depois de 20 anos de fascismo, o povo português está vivendo uma situação política nova. Pela primeira vez podem surgir à luz do dia algumas das fundamentais aspirações do povo. Pela primeira vez, numas eleições organizadas pelo governo fascista, a oposição pode concorrer às urnas. Pela primeira vez, de Norte a Sul do país, nas ilhas e nas colônias, centenas de milhares de portugueses, num massivo movimento legal, criticam a actuação do governo, e exigem que seja dada livremente ao povo a possibilidade de escolher o seu destino.

VITÓRIA DO PVO — FRACASSO DO FASCISMO

Esta nova situação política não foi um brinde que o presidente do governo tenha oferecido ao povo português, mas uma vitória do povo e da democracia e uma derrota do fascismo.

As poucas e incertas liberdades concedidas não constituem como Salazar quis mostrar no seu discurso de 7 de Outubro, um «lógoico desenvolvimento» da política seguida dos últimos anos. Ao contrário, as concessões feitas ao povo representam uma *confirmação do fracasso dos métodos e ideais fascistas adoptados em Portugal sob a direcção superior de Salazar e contra a vontade do povo*; representam uma *vitória do povo português* que, durante quase 20 anos, apesar de todas as perseguições e violências lutou pela liberdade e pela democracia e, no dia da vitória, gritou por centenas de milhares de vozes a vontade de eleições livres; representam uma *vitória das forças anti-fascistas do C. N. e do Partido Comunista*, que, condenados à ilegalidade pelos governos de Salazar lutaram e continuam lutando, com o preço de mil sacrifícios pela instauração das liberdades democráticas e representam ainda o *triunfo dos exércitos das Nações Unidas* do Exército Vermelho comandado pelo grande Stálin, sobre os estados fascistas opressores. O governo teve que ceder um pouco ao que a guerra decidiu e ao que o povo queria.

E ao povo português e aos povos que combateram pela liberdade, e não ao governo, que a nação deve as poucas e incertas liberdades que hoje começa a gozar.

Mas a nova situação não deve tomar-nos de entusiasmo faceis. Seria um perigo para a sorte do povo que os anti-fascistas se deixassem levar de entusiasmo pelas primeiras ligeiras e incidentais medidas democráticas.

O GOVERNO NÃO QUERE A DEMOCRACIA

A verdade é que o governo não pretende encaminhar o país para um franco caminho democrático.

Se não bastasse o discurso do presidente do Conselho em que são exaltadas as exceções do regime fascista português, as reformas medidas ademocraticas tomadas pelo governo após esse discurso, estão ali para mostrar que o governo não pensa, de forma alguma, operar uma profunda viragem democrática da vida portuguesa.

A anunciada amnistia não abrange (artigo 1.º, n.º 4), entre outros, os «crimes cometidos pelos indivíduos pertencentes a associações ou organizações ilícitas ou secretas». Isto quer dizer que não são abrangidos os melhores combatentes anti-fascistas, ou seja, aqueles que têm lutado de uma forma consequente (nos seus partidos, que o governo proíbe a viver na ilegalidade) contra o fascismo. Por outro lado, apesar de publicada a amnistia, continuam presos muitas dezenas de anti-fascistas, sem culpa formada ou com as penas terminadas há longos anos, como o dr. Alberto Araújo, Manuel Rodrigues de Oliveira, Artur Alpedrinha, Gilberto Florindo d'Oliveira e muitos outros que se encontram no Tarrafal.

Isto mostra que a «amnistia» está longe de ser uma verdadeira amnistia, com o propósito de criar uma nova vida no país, com espírito de conciliação e de concórdia.

Outra das medidas do Governo foi a alteração do Código Penal no capítulo dos «crimes contra a segurança do Estado». Em que consiste essa alteração? Em estabelecer penas ainda mais ferozes para os crimes políticos e sociais. Por organizar «encerramento, cessação ou suspensão de trabalho» (o que muitas vezes é o único recurso dos trabalhadores contra a violenta exploração) o código atribui a pena de 2 a 8 anos de prisão. Igual pena é aplicada por propaganda anti-fascista ou por filiação em qualquer organização anti-fascista. Para os dirigentes, 4 anos de prisão maior celular seguidos de 8 de degrado.

Isto mostra que a alteração ao código penal é feita no sentido de uma mais violenta repressão das actividades anti-fascistas e não no sentido de concórdia e tolerância políticas.

Outra medida do governo foi a «remodelação» da P. T. D. E. (nos moldes da polícia judiciária). Longe de dissolver uma polícia que conta no seu activo tantos crimes de morte

torturas nos interrogatórios, violências e, arbitrariedades, perseguições, longe de admitir directores, inspectores e agentes mais directamente responsáveis criam-lhes novos meios técnicos e científicos, apetrecham melhor na luta contra o povo e os seus defensores.

Isto mostra que a «remodelação» da P. V. D. E é feita, no sentido de desencadear uma mais forte repressão sobre o povo e não no sentido de acabar duma vez para sempre com essa verdadeira quadrilha de malffeitos.

Todas estas medidas tomadas depois do discurso do presidente do Conselho, mostram que da parte do governo não ha uma ideia sincera de rever o regime fascista e encaminhar Portugal para a Democracia.

A maioria dessas medidas é dirigida contra o Partido Comunista. Isso não é por acaso. É assim porque o Partido Comunista é o mais irreductível inimigo do fascismo e o mais dedicado defensor do nosso povo. Mas que os outros democratas se não iludam: as leis e medidas anti-comunistas dos governos fascistas foram sempre um meio de atingir todos os outros adversários políticos. Não é por acaso que dirigentes fascistas, mal ouviram as primeiras vozes da oposição já falaram abertamente em «empregar a força» no caso de estar em perigo a «revolução nacional».

Seria um absurdo que um governo que segue uma tal política convocasse eleições livres.

O GOVERNO NÃO CONVOCOU ELEIÇÕES LIVRES

As eleições que o governo convocou não podem ser consideradas eleições livres. Tal como o governo as organizou são uma autentica mistificação.

Depois de 20 anos de perseguição às forças anti-fascistas, de aniquilamento sistemático das organizações, da imprensa, dos militantes da oposição, o governo de Salazar anuncia que a oposição pode concorrer às urnas. Mas em que condições? Sem a permissão da formação de partidos políticos e de novos jornais, com uma lei eleitoral anti-democrática que nega voto aos analfabetos, ou seja, à grande massa dos trabalhadores e que impede sejam eleitos os mais firmes defensores da democracia; há 7 meses, numa altura em que os portugueses não estavam interessados em concorrer às «eleições» em que, à semelhança dos anos anteriores não havia qualquer possibilidade de oposição à lista fascista, ficando assim de fora das anunciadas eleições a grande massa dos cidadãos com capacidade eleitoral; com uma cada vez mais feroz perseguição ao maior defensor da Liberdade e da Democracia: o Partido Comunista. E, nestas condições, em que a oposição tem a sua ação praticamente inutilizada, o governo marcou eleições para pouco mais de um mês depois de as anunciar.

Tudo isto mostra que o governo nunca teve em vista convocar eleições livres mas sim fazer uma manobra política de grande estilo. O juizo que fazemos do governo não é por qualquer ideia preconcebida, muito embora todo o passado nos autorize a ter ideias assentes. São os próprios factos que põem a nu essa manobra.

O QUE PRETENDIA ENTÃO O GOVERNO?

O governo pretendia realizar umas «eleições» a que concorresse uma oposição desorganizada e sem quaisquer meios de poder triunfar, uma oposição que, privada das suas organizações, não podendo reunir livremente, não dispondo de imprensa, nem de liberdade, oprimida por ameaças de repressão, concorresse às urnas para ai ser derrotada.

E então o governo, continuando a sua política fascista, negaria ao mundo (com o apoio da reacção internacional) a existência em Portugal dum regime autoritário ou fascista e aconselharia os anti-fascistas portugueses a não se queixarem uma vez que o povo «escolhera livremente» os seus governantes.

Era esta a manobra que todos os factos indicam estava sendo preparada pelo governo e que só o amplo e magnífico movimento desencadeado em todo o país impede de se consumar. Fácil é de ver que tais «eleições» oferecidas pelo governo não são de forma alguma as eleições livres que o povo português deseja e reclama.

Além de tudo,

O GOVERNO ACTUAL NÃO É UMA GARANTIA PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES LIVRES

O actual governo e os que mais directamente o apoiaram são ferreiros inimigos da democracia, velhos perseguidores dos ideais e dos combatentes democráticos. Lugares de comando continuam infestados de fascistas, de inimigos do povo e das liberdades. Destacados filhos do povo continuam no Campo de Concentração do Tarrafal. Dezenas

de heroicos democratas estão há alguns meses incomunicáveis e sofrendo torturas. O actual governo não tem nem merece a confiança do povo para realizar eleições livres. Tam pouco ele querer realiza-las.

À pesar de toda esta situação; não se pode dizer duma forma absoluta, que, com o governo de Salazar no poder, o povo português não deve concorrer às eleições para a Assembleia Nacional.

AS CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA O PVO CONCORRER ÁS URNAS

Uma vez que sejam restituídas ao Povo Português as liberdades democráticas básicas e sejam atendidas as reclamações mínimas da oposição anti-fascista, o povo deve ir às eleições apesar das condições não-democráticas criadas pelo governo de Salazar.

Essas reclamações são, no fundamental, as formuladas em reuniões efectuadas em todo o país e entre as quais se destacam:

- 1.º — Liberdade de expressão de pensamento, de reunião, de associação, de imprensa;
- 2.º — Permissão de organização de todos os partidos políticos;
- 3.º — Adiamento das eleições;
- 4.º — Novo Recenseamento Eleitoral.

Estas são as *condições mínimas* para que o povo português deva concorrer às eleições. Em noutras condições às eleições sem que fossem atendidas estas reclamações seria facilitar a manobra política do fascismo português. Nenhuma força anti-fascista deve prestar este serviço ao fascismo. E ao contrário deve combater-se sem deixar criar raízes os oportunistas e pessadores de águas turvas, que defendendo ambícios pessoais, e não interesses do povo se dispõem apresentar a candidatura em quaisquer condições.

Entretanto, se o governo ceder na realização de *novo recenseamento todos se devem inscrever*, independentemente de se vir a resolver que se concorra ou não às eleições.

O PARTIDO COMUNISTA RECLAMA A LEGALIDADE

O Partido Comunista Português, como partido nacional, reclama a legalidade e a possibilidade de concorrer livremente às eleições.

O Partido Comunista, tem sido o mais consequente defensor do povo e da democracia. Durante anos e anos, como ainda hoje, perseguido pelo fascismo, o Partido Comunista levantou sempre bem alto a bandeira da defesa das liberdades populares, orientando o povo português na luta contra o fascismo. Os seus melhores militantes foram assassinados, torturados, deportados ou presos. O Partido Comunista, embora condenado à ilegalidade, tornou-se um grande partido. Não podem considerar-se eleições livres aquelas em que o Partido Comunista, que representa um tão vasto sector de opinião, não possa participar. Os fascistas acusam-nos de «terrorismo político». A verdade é que somos nós, comunistas, que, como o povo de Portugal, conhecemos na própria carne as marcas do ódio fascista, os efeitos do verdadeiro terrorismo político. Terrorismo político foi o exterminio de 30 patriotas no Farrafal, entre os quais o grande dirigente operário Bento Gonçalves, secretário geral do Partido Comunista. Terrorismo político foi o recente assassinato a tiro, na estrada de Bucelas, de Alfredo Deniz, membro do Bureau Político do Partido, e outra dezena de assassinatos de destacados lutadores. Terrorismo político é torturar como faz a P. V. D. E., muitas vezes até à inutilização e à morte. Terrorismo político são as condenações a anos e anos de prisão só por defesa de ideias políticas. E' a repressão dos movimentos populares. E' o medo e intimidação que o fascismo espalha.

Os fascistas também nos acusam de inimigos da ordem. A verdade é que o Partido Comunista é contra a desordem fascista, e pela ordem democrática. E aqui declaramos que lutamos, como sempre lutámos por uma ordem democrática e que, uma vez conquistada, não só a respeitaremos como a saberemos defender dos seus inimigos — da reação fascista.

HÁ QUE CONQUISTAR A DEMOCRACIA

A democracia não será oferecida numa bandeja ao povo português. A democracia há que conquistá-la.

Depois da lei eleitoral, ao contrário do que o fascismo esperava, um potente movimento nacional de unidade anti-fascista se desencadeou em todo o país. Para isso, muito contribuiu a iniciativa e actividade de muitos dos nossos companheiros de luta, republicanos e socialistas. Para elas as nossas saudações fraternais. Este movimento tem de tor-

nar-se em vaga irresistível. É nosso dever, é dever de todos os anti-fascistas e patriotas empurrar audaciosamente este movimento para diante.

Ainda nos esperam mil dificuldades e nos espreitam mil perigos. Ainda o fascismo pode provocatoriamente tentar justificar uma repressão violenta. Mas se soubermos lutar poderemos caminhar direitos à Democracia.

E, para isso, todos os anti-fascistas devem ligar-se estreitamente às massas. Nas massas populares, todas as camadas da população, encontraremos força bastante para vencer o fascismo e alcançarmos eleições livres. As assembleias, comícios, concentrações nos sindicatos, nas casas do povo, nas praças e ruas, os abaixo assinados em que se peça a satisfação das aspirações políticas fundamentais, devem multiplicar-se, tocar todas as cidades, vilas e aldeias.

Todas as camadas da população devem confraternizar nestas jornadas de luta. O grande movimento nacional pela Liberdade e pela Democracia deve unir numa mesma frente os portugueses e portuguesas, jovens e velhos, de todos os cantos de Portugal, e deve levar um sopro de esperança aos povos coloniais.

HOJE MAIS QUE NUNCA É NECESSÁRIA UNIDADE

Em toda a sua presente política o fascismo traduz claramente o propósito de dividir as forças anti-fascistas e isolar o Partido Comunista. Conseguir este seu propósito significaria entrincheirar-se e por tempo indefinido no poder.

A's manobras de divisão do fascismo, as forças anti-fascistas tem de responder com uma indefetível união. Que nenhuma se julgue suficientemente forte para oferecer só por si, combate ao fascismo. Isso seria condenar-se à derrota. Que no caso de preencherem as condições mínimas para que o povo concorra às urnas, em cada círculo se elabore *uma única lista de oposição*, uma lista de unidade nacional feita por todas as forças anti-fascistas. Que se alargue o movimento de unidade nacional.

Que venham até ele os que reconhecem o seu erro passado.

Que se alargue o Conselho Nacional.

Que se quebrem, de vez velhos ressentimentos. Reconciliação para a conquista e defesa da Democracia.

A *Unidade Nacional* para hoje porque só ela nos permitirá conquistar condições mínimas para irmos às eleições e vencermos as eleições. Queremos a *Unidade Nacional* para amanhã porque só ela nos permitirá edificarmos um Portugal Democrático.

Unidade e Reconciliação para a realização de eleições livres.

Unidade e Reconciliação para a conquista e defesa da Democracia.

Outubro de 1945

Pelo Bureau Político do Partido Comunista Português

Alcino Cunhal (Duarte) — Licenciado em direito, *José Gregório* (Alberto) — Operário Pedreiro, *Manuel Guedes* (Santos) — Marinheiro, *Joaquim Pires Jorge* (Gomes) — Motorista, *José Luís Domingues* (Luis) — Operário Industrial, *Sérgio Vilarigues* (Amílcar) — Operário em Carnes Verdes.